

## Fernando Molica

### O projeto e as facções na Câmara

Na ânsia de derrotarem o governo e de surarem na onda de soluções simplórias para o complexo tema da violência, deputados aprovaram um substitutivo de projeto de lei contra facções que poderá mandar alguns deles para a cadeia. A caracterização desse tipo de organização criminosa tem como enquadrar grupos que atuam no Congresso.

O texto aprovado, de autoria do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), pega pesado com grupos que se utilizem de "grave ameaça ou coação para impor controle territorial ou social, intimidar populações ou autoridades". Não seria difícil incluir no conceito de grave ameaça as pressões feitas por parlamentares contra o Poder Executivo para aprovarem este ou aquele projeto.

Ao definirem penas muito duras para cacos de "infiltração no setor público ou atuação direta ou indireta na administração de serviços públicos ou em contratos governamentais", suas excelências devem ter tirado o sono de muita gente que ocupa cargos da Codevasf, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, destino preferido de emendas que erguem e sustentam tortes da corrupção brasileira.

Também não seria difícil enquadrar como resultado de "grave ameaça" e de "atuação di-

reta ou indireta na administração de serviços públicos ou em contratos governamentais" a pressão exercida sobre dois gerentes da Caixa Asset para que aprovarem a compra de papéis micados do Banco Master. Ao se negarem, os dois perderam seus cargos: a direção da Caixa foi entregue a indicados por um consórcio de integrantes do Centrão.

Logo de cara, o projeto aprovado por larga maioria criminaliza aquele bloqueio da Mesa da Câmara feito por parlamentares do PL que queriam apressar a anistia. O projeto, que agora será examinado pelo Senado, considera crime "restringir, limitar, obstaculizar ou dificultar, ainda que de modo temporário, a livre circulação de pessoas, bens e serviços, públicos ou privados, sem motivação legítima reconhecida pelo ordenamento jurídico". Ou seja, miraram nas ocupações feitas pelo MST, mas botaram os próprios pescoscos na reta.

É fundamental criar mecanismos para coibir organizações cada vez mais sofisticadas, excelente também que, talvez de forma involuntária, o projeto dê margem para processar e punir agentes públicos — políticos, policiais, magistrados — que se valem de seu poder para sequestrar o Estado, para impor seus interesses por meio de pressões indevidas, as tais graves ameaças.

A revisão de pontos da progressão penal também é necessária, chega a ser ofensivo que condenados por crimes graves possam deixar o regime fechado depois de cumprido um sexto da pena; mas é irônico aumentar o rigor quando, na outra ponta, deputados discutem um jeito de diminuir a pena dos que atentaram contra o maior dos nossos bens coletivos, a democracia, base de todos os direitos.

Mas a ânsia punitiva também dá margem para exageros, como o agravamento das punições para integrantes de organizações criminosas. Estabelecida de maneira genérica, punirá não apenas os chefes dessas quadrilhas, mas também jovens envolvidos com o tráfico, muitas vezes encarregados de tarefas que sequer exigem o uso de armas.

São, de um modo geral, pessoas pobres que tiveram poucas oportunidades na vida e foram vítimas de racismo — OK, isso não é motivo para perdoar seus crimes, mas cabe ao legislador ter o cuidado para não cometer o erro de pesar excessivamente a mão e assim impedir qualquer projeto de reinserção social. A política está cheia de exemplos de gente que foi condenada, cumpriu pena e conseguiu voltar para a vida institucional. Não seria justo impedir que outros brasileiros, que ganharam muito menos com o crime, tenham a mesma chance.

## Tales Faria

### Lula diz que Alcolumbre não defenderá derrubada de Messias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem dito a aliados que o Senado aprovará o nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente da República afirma entender que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), torcesse pela indicação do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para a vaga, mas que não podia abrir mão de Messias.

Lula diz não acreditar que Alcolumbre trabalhará pela recusa do nome de Messias pelos senadores, na sabatina da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário.

O presidente vê Alcolumbre como um aliado, a quem já deu "várias demonstrações de prestígio". A maior delas foi a pressão para a possível exploração de Petróleo na Margem Equatorial, próxima ao Amapá.

Mas, segundo Lula, a indicação de ministros do STF é uma atribuição exclusiva do presidente da República.

Na verdade, desde a crise do Mensalão, no seu segundo governo, Lula decidiu que, quando tivesse outra oportunidade, não abriria mão de nomear ministros para o Supremo de sua "total confiança".

Ele não teve esta oportunidade na época

do Mensalão. Mas agora, nesta sua terceira passagem pelo Palácio do Planalto, é assim que o presidente tem se pautado nas escolhas para o STF. Indicou seu advogado pessoal, Cristiano Zanin, seu ministro da Justiça, Flávio Dino, assim como o próprio Jorge Messias.

"Gato escaldado tem medo de água fria", tem dito Lula sempre que defendem a indicação de nomes com os quais não tenha uma ligação pessoal forte.

Lula lembra que boa parte dos ministros do STF da época do Mensalão foram nomeados por ele quando presidente. Naquela época, não levou em conta ligações pessoais. Mas os ministros acabaram por condená-lo, só voltando atras após as revelações pela Vaza-Jato de que o juiz Sérgio Moro manipulou o julgamento.

Mesmo assim, quando comunicou a Rodrigo Pacheco que ele não seria indicado, e sugeriu que ele concorresse a governador de Minas Gerais, Lula disse ao senador que haveria "uma próxima oportunidade" para sua nomeação.

Apesar do otimismo do presidente em relação a Alcolumbre, é grande a apreensão entre petistas. O Senado tem sido visto como uma barreira contra as decisões da Câmara que prejudicam o governo.

Neste momento, o presidente da Câmara, Hugo Motta [Republicanos-PB], é visto no Palácio do Planalto como um aliado da oposição.

Para os petistas Motta foi o principal artífice da estratégia da oposição de colocar a questão da segurança pública como tema de campanha. Ele entregou a relatoria do Projeto de Lei Antifacção, apresentado pelo governo Lula, a um secretário do governador de São Paulo e possível candidato a presidente, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Antes, chegou a derrubar o aumento do IOF para compensar a isenção de pagamento do Imposto de Renda a quem ganha até R\$ 5 mil, quase inviabilizando a proposta do governo.

Para os petistas o relacionamento com Motta só tende a piorar, ainda mais depois que estourou o escândalo do Banco Master e suas ligações com o centrão.

Nos bastidores do PT circula que ainda surgirão mais denúncias contra políticos e, por isso, Motta e Guilherme Derrite tentam descapitalizar a Polícia Federal, que é de onde saem essas investigações.

A tendência, portanto, é de que o governo entre em choque com a Câmara. Por isso, a boa relação com o Senado de Davi Alcolumbre se tornaria cada vez mais necessária.

## EDITORIAL

### O setor público e a diversidade de gênero

profundamente enraizadas.

Essa falta de diversidade tem consequências concretas. Decisões importantes são tomadas sem considerar a realidade de grande parte da população. Políticas públicas que não contemplam a pluralidade de vivências tendem a ser ineficazes, injustas ou excluientes. Além disso, o debate público empobrece quando é conduzido por poucos, já que perde complexidade, criatividade e capacidade de inovação. Sociedades diversas tendem a produzir ideias mais ricas e soluções mais abrangentes, justamente porque enxergam o mundo a partir de múltiplas perspectivas.

Também é preciso reconhecer que a ausência de diversidade afeta diretamente a confiança nas instituições. Quando as pessoas não se veem representadas, sentem que suas demandas não são levadas a sério. Isso enfraquece o engajamento cívico e alimenta descrença política.

A representatividade, portanto, não é apenas um gesto simbólico, mas um pilar essencial para fortalecer a democracia.

Promover diversidade na esfera pública exige ações concretas: políticas de inclusão, ampliação de espaços de fala, combate ativo às discriminações e revisão dos critérios que regulam acesso e participação. Não basta abrir portas: é preciso garantir que todos tenham condições reais de atravessá-las.

A falta de diversidade não é um problema inevitável; é um sintoma de escolhas políticas, culturais e institucionais. E justamente porque é resultado de escolhas, que pode ser transformado. A esfera pública só cumprirá plenamente sua função quando refletir, em sua complexidade, a sociedade que pretende servir.

### Cinema e tecnologia no Rio de Janeiro

A maior graça do cinema é que a 7ª Arte pode ser utilizada para debater e conscientizar diversos temas da sociedade. E é isso que a Mostra Tecnologia e Cinema, que acontece na próxima terça (25), no Cinesystem Belas Artes Botafogo, no Rio de Janeiro, busca.

O clássico 'Blade Runner' (1982) será o destaque da próxima edição da Mostra, que propõe um diálogo entre cinema e inovação, e convida o público a refletir sobre como as tecnologias moldam a sociedade e o imaginário coletivo. Em sua nova sessão, o evento revisita o filme que revolucionou a ficção científica ao abordar temas que seguem cada vez mais atuais, como inteligência artificial, identidade e ética na criação tecnológica.

Lançado em 1982, Blade Runner fala sobre um futuro dominado por grandes corporações e tornou-se uma referência cultural e um dos filmes mais influentes da história.

## Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)  
Paulo Bittencourt (1929-1963)  
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)  
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)  
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil  
Projeto Gráfico e Arte: Jósé Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452  
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Brasília: ST SIBSQuadrado 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 77136-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

## Vinícius Lummertz\*

### O Brasil que pune o que dá certo

A reação do prefeito Topázio Neto, de Florianópolis, diante da possibilidade de que municípios estejam transferindo seus cidadãos mais vulneráveis para a capital catarinense, precisa ser analisada sob a ótica da gestão pública e da responsabilidade federativa. Com a ocorrência desta prática, não se trata de exclusão social, mas de falha de coordenação entre entes da federação. Governos locais não podem externalizar seus passivos sociais para outros municípios sem pactuação, planejamento e contrapartidas. O sucesso institucional não pode ser convertido em ônus assimétrico.

Esse debate é frequentemente distorcido por um esquerdismo populista digital que se aproveita das brechas abertas pela democracia para produzir indignação performática, sem apresentar projetos concretos de desenvolvimento. O objetivo não é formular políticas, mas explorar crises. Esse comportamento repele a diferença histórica que existiu entre os que lutaram pela redemocratização e aqueles que buscavam instaurar outro tipo de autoritarismo.

Fernando Gabeira, que conhece a história por dentro, e é de fato corajoso, reconheceu que parte da esquerda da época não tinha a democracia como destino político, mas a utópica ditadura do proletariado. Essa distinção é chave para entender por que setores que deveriam defender soluções institucionais se comportam hoje como sabotadores permanentes. Lênin definia esse fenômeno como o esquerdismo, doença infantil do comunismo.

A ideologia, nesse caso, opera como religião secular. Crê na redenção pela história e na transformação social por decreto. E quando se instala, frequentemente utiliza a democracia como plataforma para o controle político,

como ocorreu na Venezuela, e seu distópico é bufão socialismo bolivariano. É dessa Venezuela que milhares fogem, e é para Santa Catarina que escolhem migrar, porque oportunidades reais pesam mais do que discursos teóricos.

A crítica automática ao prefeito de Florianópolis repete o mesmo padrão aplicado ao governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Pesquisas mostram que mais de 80 por cento dos moradores das comunidades fluminenses apoiam o enfrentamento ao crime organizado, mas, amesma surrada parte do debate insiste em transformar governantes que atuam contra o crime em vilões. Esse reflexo condicionado ignora dados e contextos. É análogo ao LGB-TQI a favor do terrorismo do Hamas.

No caso de Florianópolis, as limitações são objetivas. Quase 60 por cento do território está em áreas de preservação ambiental, incluindo restingas, dunas, manguezais e encostas frágeis. Isso reduz a capacidade de adensamento, de mobilidade e de oferta de serviços públicos. Preservar o bioma não é escolha política, é responsabilidade legal. Da mesma forma, manter índices de segurança entre os mais altos do país é obrigação de governo.

Santa Catarina exerce um papel nacional pouco reconhecido. O estado recebeu mais de 370 mil novos moradores em 2023, liderando o saldo migratório brasileiro. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul perderam população no mesmo período. A migração espontânea indica capacidade de integração, produtividade relativa e eficiência institucional. A crítica ideológica ignora esses dados, mas o mercado e as pessoas não ignoram.

O estado enfrenta ainda forte desequilíbrio federativo. Santa Catarina contribui cer-

ca de dez vezes mais do que recebe da União, enquanto outros estados recebem até dez vezes o que arrecadam. Mesmo assim, lidera rankings de competitividade, segurança e empregabilidade. É um caso raro no Brasil de entrega consistente de resultados apesar das estruturas federativas.

O desafio demográfico reforça a necessidade de planejamento. Segundo o IBGE, Santa Catarina ultrapassará o Rio Grande do Sul em população até 2046 e poderá superar o Paraná mais adiante. Isso pressiona infraestrutura, logística, habitação e governança metropolitana. Não há sustentabilidade possível sem pactuação entre entes federados.

A maior ironia do momento é que os desesperanços da Venezuela, país cuja trajetória ainda encontra defensores ideológicos no Brasil, escolhem Santa Catarina como destino. Escolheriam o Rio de Janeiro se fosse mais seguro. Migrações seguem oportunidades reais, não narrativas políticas. O estado que recebe centenas de milhares de pessoas em um único ano não pode ser acusado de exclusão. É, na verdade, vítima de seu próprio sucesso e da má vontade de setores que preferem o discurso ao dado.

O prefeito Topázio está correto ao apontar limites e responsabilidades. Florianópolis está correta ao exigir cooperação. Santa Catarina está correta ao defender a sustentabilidade de seu modelo. E o Brasil só amadurecerá quando superar infantilismos ideológicos e aprender com quem entrega resultados.

\*Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.